

PROJETO DE LEI N.º 3.868-A, DE 2019
(Do Sr. Frei Anastacio Ribeiro)

Inscribe o nome de Manoel Mattos no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria; tendo parecer da Comissão de Cultura, pela aprovação (relatora: DEP. MARIA DO ROSÁRIO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:
CULTURA; E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO DO PARECER DA
COMISSÃO DE CULTURA**

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em análise, de autoria do deputado Frei Anastácio Ribeiro (PT-PB), inscreve o nome de Manoel Mattos no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. A proposição foi distribuída à Comissão de Cultura e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o Relatório.

II – VOTO DA RELATORA

O Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, regulamentado pela Lei 11.597, de 2007, destina-se ao “registro perpétuo do nome dos brasileiros e brasileiras ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo”. Muitas das personalidades eternizadas no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves tiveram a sua vida barbaramente interrompida por contrariarem interesses dos poderosos e denunciarem as injustiças: é o caso, entre outros, de Zumbi dos Palmares, Sepé Tiaraju, Joaquim José da Souza Xavier (Tiradentes), Frei Caneca e Zuzu Angel.

A defesa das populações mais vulneráveis e a resistência ao autoritarismo sempre representaram um risco no Brasil. A formação brasileira se baseou no extermínio dos povos indígenas e na escravização dos negros e em profundas desigualdades de classe, de gênero e de raça. Quem ousou lutar contra isso foi perseguido ou sumariamente calado.

O projeto de lei do deputado Frei Anastácio Ribeiro é impecável na descrição da trajetória de Manoel Mattos. Destemido, combateu os grupos de extermínio e bateu de frente com as oligarquias locais. Disse o advogado e então vereador em 2003: “Eu sei que o que está acontecendo aqui não ganha grande repercussão por uma simples razão: porque quem está morrendo são pobres, porque quem está morrendo são pessoas pretas, porque quem está morrendo são vítimas dessa sociedade excludente que essa elite forjou no nosso País”¹.

¹ FICHINO, Daniela. DEZ ANOS DO ASSASSINATO DE MANOEL MATTOS: UMA HISTÓRIA DE ENFRENTAMENTO AOS GRUPOS DE EXTERMINIO NO NORDESTE. Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/dez-anos-do-assassinato-de-manoel-mattos-uma-historia-de-enfrentamento-aos-grupos-de-extermínio-no-nordeste/>. Acesso em: agosto 2019.

Como deputada, acompanhei de perto a barbárie praticada contra Manoel Mattos, que foi também uma violência contra todos os defensores e defensoras de direitos humanos e contra a própria democracia. Como ministra, enfrentei as organizações criminosas destinadas ao extermínio de diversas populações e dos defensores de direitos humanos e do meio ambiente de todo o país, além de trabalhar para que o deslocamento de competência do assassinato de Manoel Mattos para a esfera federal tivesse consequências reais, julgando e punindo seus responsáveis. A demora no julgamento não fez jus à gravidade e importância do caso, vindo a condenação seis anos após o fato.

A violência contra defensores de direitos humanos segue sendo uma chaga no Brasil, maculando inexoravelmente a nossa democracia. Nas Américas, 75% dos crimes cometidos conta militantes de direitos humanos estão no Brasil, de acordo com dados da Anistia Internacional.

A inscrição do nome de Manoel Mattos no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, deste modo, surge como uma oportunidade para que o Estado brasileiro reconheça que é preciso proteger e valorizar aqueles e aquelas que dedicam a sua vida a garantir os direitos de todos os cidadãos, o combate às injustiças e às desigualdades, a preservação do meio ambiente, entre outras causas justas.

Por fim, antecipo uma questão de legalidade, que deverá posteriormente ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. A Lei n.º 13.229, de 2015, estabelece que “a distinção será prestada mediante a edição de lei, decorridos 10 (dez) anos da morte ou da presunção de morte do homenageado”. Considerando que a morte de Manoel Mattos se deu em 24 de janeiro de 2009, o prazo foi cumprido.

Parabenizando o deputado Frei Anastácio pela iniciativa, encaminho o parecer favorável ao PL 3868, de 2019, e peço o apoio dos demais membros da Comissão de Cultura para a aprovação da matéria.

Sala da Comissão, em 5 de setembro de 2019.

Deputada **MARIA DO ROSÁRIO**
Relatora

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 3.868/2019, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Maria do Rosário.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Benedita da Silva - Presidente, Maria do Rosário e Áurea Carolina - Vice-Presidentes, Airton Faleiro, Felício Laterça, Jandira Feghali, José Medeiros, Luiz Lima, Luízianna Lins, Rubens Otoni, Tadeu Alencar, Tiririca, Túlio Gadêlha, Waldenor Pereira, Alexandre Padilha, Alice Portugal, Chris Tonietto, Diego Garcia, Lincoln Portela e Rosana Valle.

Sala da Comissão, em 18 de setembro de 2019.

Deputada **BENEDITA DA SILVA**
Presidente